



## PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.628.569/0001-45

do é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou o balanço patrimonial consolidado, capital líquido e patrimônio líquido no montante de R\$ 5.937 (R\$ 59.733 negativo em 31 de dezembro de 2021) e a controladora negativa de R\$ 35.251 (R\$55.337 em 31 de dezembro de 2021). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de sua receita é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFPA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

## Tabela do Risco de Liquidez e Juros

As tabelas a seguir apresentam em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-financeiros, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia encerrou as respectivas obrigações.

Consolidado	De 1 a 3 meses			Total
	2023	2022	2021	
Fornecedores	2.973	-	-	2.973
Outros passivos	3	-	-	3
Total	2.976	-	-	2.976

• Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração.

A Administração entende que a exposição da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

• Risco Hidrológico

O gerenciamento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Brasil PCH, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a proibição de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CLVE-PROINFPA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.2 as controladas indiretas realizaram a opção pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio. Dessa forma, as controladas indiretas mitigaram sobremensura suas eventuais exposições contratuais.

## 5. RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA

PCHs	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWh)	Data de Operação	Início comercial	Término autorização (*)
Bonfante	Rio Parabuna, Simão Pereira, MG	19	13,48	28/08/2001	02/08/2008	02/08/2038
Calheiros	Rio Itapoba, Bom Jesus, RJ	19,5	10,92	14/01/2000	12/09/2008	12/09/2038
Caparaó	Rio Preto, ES	4,5	2,61	30/12/1999	30/12/2008	30/12/2038
Carangola	Rio Carangola, Rio Guanabaras, MG	15	9,57	23/12/1999	25/06/2008	25/06/2038
Funil	Dores de Goiânia, MG	22,5	14,54	23/12/1999	05/03/2008	05/03/2038
Irara	Rio Doce, Itaiá, GO	30	18,21	25/09/2002	06/09/2008	06/09/2038
Jatáí	Rio Claro, Jatáí, GO	30	20,35	19/11/2000	30/07/2008	30/07/2038
Monte Serrat	Rio Parabuna, Comendador Levy Gasparian, RJ	25	18,28	28/08/2001	13/02/2009	13/02/2039
Retiro Velho	Rio da Prata, Apareí, GO	18	13,15	13/11/2002	16/06/2009	16/06/2039
Santa Fé	Rio Parabuna, Três Rios, RJ	30	26,1	06/11/2002	09/05/2008	09/05/2038
São João	Rio Benevente, Alfredo Chaves, ES	21	13,28	19/10/2000	17/04/2008	17/04/2038
Joaquim	Rio Jacu Branco, NT	30	18,41	19/11/2003	16/06/2009	16/06/2039
São Pedro	Domingos Martins, ES	30	18,41	19/11/2003	16/06/2009	16/06/2039
São Simão	Rio Itapemirim, São Simão, Alegre, ES	27	15,2	23/03/2001	17/02/2009	17/02/2039

(\*) As PCHs obtiveram aprovação da ANEL através das resoluções autoritativas nº 11.023 e nº 11.131 datadas de 31 de janeiro de 2022 e de 23 de fevereiro de 2022, para que o prazo de outorga fosse considerado a partir da data de início de operação das PCHs.

## 5.1. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA - PROINFPA

2022:	Valores			Prazo			
	Valor original do contrato (milhões de reais - R\$)	Energia anual contra-histórico (MWh)	Energia anual atualizado (MWh)				
PCH	Compradora	Preço	Preço	Índice de correção			
		ta-da-co-R\$/MWh	histórico-atualizado				
Bonfante	201.272	115.993	121,35	463,23	Jul-08	Jul-28	IGP-M Junho
Carangola	202.548	83.456	121,35	463,23	mai-08	abr-28	IGP-M Junho
Calheiros	228.228	94.037	121,35	463,23	set-08	set-28	IGP-M Junho
Caparaó	54.054	22.722	121,35	463,23	jul-08	jul-28	IGP-M Junho
Funil	302.441	124.615	121,35	463,23	mai-08	mai-28	IGP-M Junho
Irara	379.529	156.378	121,35	463,23	jun-08	jun-28	IGP-M Junho
Joaquim	423.828	174.101	121,35	463,23	jun-08	jun-28	IGP-M Junho
Monte Serrat	379.134	156.215	121,35	463,23	jun-08	jun-28	IGP-M Junho
Retiro Velho	275.484	113.508	121,35	463,23	jun-08	jun-28	IGP-M Junho
Santa Fé	546.810	225.303	121,35	463,23	jun-08	jun-28	IGP-M Junho
São Joaquim	280.619	115.624	121,35	463,23	mai-08	mai-28	IGP-M Junho
São Pedro	387.888	159.822	121,35	463,23	jun-08	jun-28	IGP-M Junho
São Simão	319.677	131.717	121,35	463,23	jun-08	jun-28	IGP-M Junho

(\*) Base Junho de 2022.

2022:	Valores			Prazo			
	Valor original do contrato (milhões de reais - R\$)	Energia anual contra-histórico (MWh)	Energia anual atualizado (MWh)				
PCH	Compradora	Preço	Preço	Índice de correção			
		ta-da-co-R\$/MWh	histórico-atualizado				
Bonfante	201.272	115.993	121,35	463,23	Jul-08	Jul-28	IGP-M Junho
Carangola	202.548	83.456	121,35	463,23	mai-08	abr-28	IGP-M Junho
Calheiros	228.228	94.037	121,35	463,23	set-08	set-28	IGP-M Junho
Caparaó	54.054	22.722	121,35	463,23	jul-08	jul-28	IGP-M Junho
Funil	302.441	124.615	121,35	463,23	mai-08	mai-28	IGP-M Junho
Irara	379.529	156.378	121,35	463,23	jun-08	jun-28	IGP-M Junho
Joaquim	423.828	174.101	121,35	463,23	jun-08	jun-28	IGP-M Junho
Monte Serrat	379.134	156.215	121,35	463,23	jun-08	jun-28	IGP-M Junho
Retiro Velho	275.484	113.508	121,35	463,23	jun-08	jun-28	IGP-M Junho
Santa Fé	546.810	225.303	121,35	463,23	jun-08	jun-28	IGP-M Junho
São Joaquim	280.619	115.624	121,35	463,23	mai-08	mai-28	IGP-M Junho
São Pedro	387.888	159.822	121,35	463,23	jun-08	jun-28	IGP-M Junho
São Simão	319.677	131.717	121,35	463,23	jun-08	jun-28	IGP-M Junho

(\*) Base Junho de 2022.

6. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos dados de fontes externas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas que mais afetaram os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

(ii) Vócu itá e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE") conforme Resolução Normativa nº 674/10 da ANEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são consideradas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação, ao final do prazo de autorização de 30 anos, e conforme descrito na nota explicativa nº 3 (c) serão renovadas por igual período (30 anos), mediante procedimentos e critérios definidos na legislação, e já devidamente regulamentados.

(iii) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de desapropriação e reforçamento de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.

(iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos: são reconhecidos em contrapartida aos efeitos negativos do ajuste de realocação de energia - MRE, registrados nas empresas controladas.

Em 31 de dezembro de 2022, não havia, na Controladora e em sua controlada direta, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias e saldo de prejuízos fiscais, visto que não há histórico de lucro tributável, tampouco evidências positivas de lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias decorrentes e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(v) Provisão para o ativo imobilizado em contrapartida aos ajustes de realocação de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas, conforme mencionada nas notas explicativas nº 1.1 acima. A provisão é revisada e ajustada anualmente para levar em conta alterações nos dados disponibilizados pela CCEE e/ou pela Eletrobras.

(vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 25 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

7. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia, da sua controlada direta PCHPAR - PCH Participações S.A. e as de suas controladas indiretas: Bonfante, Calheiros, Caparaó, Carangola, Funil, Irara, Jatáí, Monte Serrat, Retiro Velho, Santa Fé, São Joaquim, São Pedro e São Simão; nas quais a participação no capital é de 100%.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

• Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas controladas.

• Eliminação dos saldos das contas dos ativos, passivos, despesas e receitas entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada direta são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

Bancos	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	1	11	9	9
	28.726	-	28.726	-

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB - junto ao Banco Itaú Unibanco e possuem risco insignificante de mudança de valor. São remuneradas por taxas de mercado de 99% a 101,5% (em 2021, 99%) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

b) Aplicações financeiras

Fundos de investimento em renda fixa (a)	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
	8	1.506	22.286	22.286
	-	-	1.506	22.286

(a) Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 79% a 105,66% a (em 2021, 87,49% a 103,66%) do CDI. Referências aplicações financeiras não são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e por isso não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Referem-se ao valor da venda da energia gerada pelas suas controladas indiretas, no âmbito do PROINFPA, no montante de R\$161.675 em dezembro de 2022 (R\$103.352 em 2021), líquido dos respectivos impostos retidos de fonte, conforme cronograma contratual de pagamento, que prevê (03) três parcelas iguais e consecutivas sempre nos dias 20 a 30 do mês subsequente ao faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

A partir de julho de 2020 a Eletrobras passou a descontar do pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente, os montantes devidos pelas controladas indiretas a título de recolhimento do prêmio de repactuação do risco hidrológico, inicialmente previsto dentro os ajustes financeiros estabelecidos no contrato PROINFPA. Assim em 31 de dezembro de 2022, registrou-se nota a rubrica de contas a receber a valor R\$54.193 (R\$30.420 em 2021), que a controladora seja direcionada com a Eletrobras (vide nota explicativa 1.2).

As controladas indiretas não constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base tanto nas características do PROINFPA quanto na experiência histórica de realocação de 100% das contas a receber passadas, valendo destacar a neutralidade garantida à Eletrobras como administradora do programa.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS (CONSOLIDADO)

Desapropriações e serviços (a)	Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Desapropriações (b)	11.865	11.305
Arrecadações (c)	47	14
Tributários	5.566	882
	17.647	12.330

(a) Referem-se a processos envolvendo PIS e COFINS sobre receitas financeiras referente ao restabelecimento das alíquotas pelo Decreto 8.426/15, bem como à aplicação de IR/CSL sobre indenização de bens dos sinistrados da PCH São Joaquim Energia S.A. e PCH Santa Fé Energia S.A.

(b) Algumas controladas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a

propriedade definitiva de terrenos por desapropriação ou direito permanente de uso por servidão administrativa. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs e das linhas de transmissão de interesse restrito.

Quando a posse definitiva ou o direito de uso desses terrenos for legalmente transferida para as controladas da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos que serão contabilizados como ativo imobilizado dessas controladas.

(c) Algumas controladas da Companhia são responsáveis ou corresponsáveis (solidária ou subsidiariamente) em processos judiciais, nos quais estão em discussão os pagamentos de verbas trabalhistas reclamadas da Brasil PCH e/ou das SPES e de empresas terças, conforme o caso.

11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS (CONTROLADORA)

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia detém o controle individual com 100% de nas 13 PCHs. Movimentação dos saldos

	31/12/22	31/12/21
No início do exercício	979.114	919.123
Equivalência patrimonial	543.208	447.739
Dividendos adicionais aprovados referentes ao exercício anterior	(330.605)	(292.872)
Dividendos mínimos obrigatórios e dividendos intermediários do exercício corrente	(188.611)	(94.876)
No fim do exercício	1.003.106	979.114

(a) Informações das controladas diretas

Os principais saldos patrimoniais das controladas indiretas em 2022 e 2021 são apresentados como segue:

	31/12/22				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	11.689	69.605	9.440	1.954	69.900
Calheiros	10.018	56.244	5.821	768	59.603
Caparaó	3.616	18.579	1.801	288	20.106
Carangola	8.734	41.986	6.980	996	42.744
Funil	12.375	60.242	7.577	1.941	63.099
Irara	15.603	91.328	9.339	5.885	91.707
Jatáí	17.388	88.083	11.647	1.192	92.632
Monte Serrat	18.800	94.414	10.509	2.854	104.851
Retiro Velho	13.276	88.035	8.955	3.436	88.920
Santa Fé	38.293	145.692	56.803	14.717	112.645
São Joaquim	12.191	63.576	11.131	1.721	62.915
São Pedro	23.980	96.774	10.541	919	109.294
São Simão	13.895	81.026	8.003	2.048	84.870
Total	199.858	1.000.584	158.617	38.719	1.003.106

(b) Provisão para compromissos sociais - quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PA-CUERA"), que, prevê, entre outras atividades, o zoneamento e recuperação ambiental de determinadas áreas de propriedade das SPES ou de terceiros. Para o cumprimento das exigências do PA-CUERA, o Grupo precisa ainda realizar a aquisição de terras a serem recuperadas, as quais estão bem registradas sob a matrícula pública.

(c) Provisão para medidas compensatórias: todos os PCHs da Brasil PCH possuem as licenças de operação obtidas junto ao respectivo órgão ambiental, sendo que todas estão válidas e em vigor. Em prol do meio ambiente e em cumprimento das determinações constantes das licenças ambientais, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna e flora, de proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pelo Grupo estão registrados nesta rubrica.

(d) Provisão financeira: o Grupo possui imóveis próprios e serviços administrativos, prazos de regularização dos registros imobiliários perante os competentes cartórios, sendo, portanto, provisionados os recursos necessários.

(e) Provisão para indenização de terras: para realizar a construção da PCH, foi necessária a aquisição por parte da Companhia de terras e benfeitorias. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram a uma conciliação e, por isso, entrarão em discussão judicial.

15. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)

31/12/2
---------